

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara

5ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998- Santana

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1000528-76.2018.8.26.0037
Autora: Maria Cristina Zanoni de Brito
Réu: Banco Itaucard S/A

Juiz de Direito: Dr. Mário Camargo Magano.

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais ajuizada por Maria Cristina Zanoni de Brito em face de Banco Itaucard S/A em que a autora alega, em síntese, ser indevida a inclusão de seus dados no rol dos inadimplentes, por débito informado pelo réu, tendo em vista o desfecho da ação de busca e apreensão ajuizada entre as mesmas partes, na qual houve, além da entrega do bem dado em alienação fiduciária, o pagamento das custas e honorários advocatícios a que foi condenada. Pede a concessão da tutela de urgência para exclusão de seus dados do rol dos inadimplentes. Pede, ainda, a procedência da ação para que o débito em discussão seja declarado inexistente, condenando-se o réu no pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$10.000,00.

Indeferida a tutela de urgência, nos termos da decisão de fls. 131, o réu foi citado e ofereceu contestação em que sustenta, em resumo, não haver praticado ato ilícito contra a autora. Pede a improcedência da ação.

A autora manifestou-se sobre a contestação.

É o relatório.

Decido.

A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC.

Se a inscrição dos dados da autora no rol dos inadimplentes derivou de execução de verba de sucumbência, como cogitado por ela na

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara

5ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998- Santana

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq5cv@tjsp.jus.br

petição de fls. 124/125, o réu realmente não tem legitimidade para figurar no polo passivo.

Afinal, a verba de sucumbência pertence ao advogado, e não ao seu constituinte, à evidência.

A propósito, confira-se a decisão de fls. 131, assim vazada:

"A ação foi ajuizada em face do réu, com quem a autora celebrou contrato (fls. 18/19), de modo que não há espaço aqui para discussão de verba honorária executada noutro processo, por advogado beneficiário da sucumbência, o qual não é parte neste litígio (fls. 37 e seguintes). Noutros termos: o débito contratual, cuja prova de quitação a autora não fez, nada tem a ver com a verba de sucumbência. Registre-se, por fim, que não há restrição creditícia em nome da demandante. Indefiro, pois, a tutela de urgência, ausentes seus pressupostos. Cite-se."

De fato, não há pertinência para discussão - nestes autos - de débito derivado de sucumbência, não obstante o apontamento levado a efeito pelo réu (fls. 11), o qual não subsiste mais, como esclarecido pela demandante (fls. 124/125).

De todo modo, cumpre registrar que o ônus da prova do pagamento do débito contratual competia à devedora fiduciante, ora autora, revel na ação de busca e apreensão, cuja procedência decretada, por si só, não representava estorvo à cobrança de eventual saldo devedor, se insuficiente o produto da venda do veículo para satisfação da obrigação, como argumentado pelo demandado.

Seja como for, o conjunto fático-probatório não revela a prática de ato ilícito pelo réu.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação. Condeno a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados, por equidade, em 10% sobre o valor atualizado da causa, com a ressalva da gratuidade processual.

P.R.I.

Araraquara, 15 de agosto de 2018.